

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.632.173 - SP (2019/0362053-7)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
AGRAVADO : MARIA APARECIDA DA COSTA
ADVOGADO : FÁBIO FREDERICO DE FREITAS TERTULIANO -
SP195284

DECISÃO

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSO CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. CUMULAÇÃO DE BENEFÍCIOS. QUESTÕES DECIDIDAS NO PROCESSO DE CONHECIMENTO. NOVO DEBATE. IMPOSSIBILIDADE. OFENSA À COISA JULGADA. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL DO INSS A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Agrava-se de decisão que negou seguimento a Recurso Especial interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, com fundamento no art. 105, III, alínea *a* da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo TJ/SP assim ementado:

REEXAME DA CONTROVÉRSIA, NOS TERMOS DO ART. 1030, II, DO CPC. Retratação. Providência necessária. Reconsiderado o entendimento anteriormente adotado. Decisão adequada aos termos do disposto no RE 594.116/SP, do C. STF. CUMULAÇÃO DE BENEFÍCIOS. Análise prejudicada na etapa da execução.

Aposentadoria previdenciária deferida administrativamente antes de proferida decisão que concedeu o auxílio-acidente. Fato não informado no processo de conhecimento.

Providência que competia exclusivamente à autarquia. Eficácia preclusiva da coisa julgada. Inteligência do art. 462, art. 474 e art. 741, VI do CPC/1973.

2. Os Embargos de Declaração foram rejeitados.

3. Nas razões recursais, o agravante alega violação dos arts. 18, § 2o. e 86 da Lei 8.213/1991; 917 do Código Fux. Aduz, em síntese, que não há coisa julgada em relação à possibilidade de cumulação dos benefício, tendo em vista que tal fato não foi discutido na ação de conhecimento.

4. É o relatório.

5. No que diz respeito à alegação de afronta à coisa julgada, o Tribunal de origem ao solucionar a controvérsia, adotou as seguintes razões de decidir (fls. 182/183):

Não procede o apelo do INSS, pois não há falar em impossibilidade de cumulação de benefícios no presente caso, eis que a aposentadoria previdenciária foi deferida na esfera administrativa quatro anos antes da prolação da decisão que concedeu o auxílio-acidente no processo de conhecimento (15/08/2006, fls. 151/158). Portanto, a matéria encontra-se preclusa.

Cabia ao INSS informar o fato e seus reflexos (impossibilidade de cumulação com o auxílio-acidente) na primeira oportunidade, ainda que em grau de recurso, nos termos do art. 462 do CPC/1973:

"Se, depois da propositura da ação, algum fato constitutivo, modificativo ou extintivo do direito influir no julgamento da lide, caberá ao juiz tomá-lo em consideração, de ofício ou a requerimento da parte, no momento de proferir a sentença. "

Como o INSS não providenciou a oportuna comunicação deste novo fato, antes da prolação do acórdão, é inviável fazê-lo agora, em sede de embargos à execução, em razão do disposto no art. 474 e no art. 741, VI ambos do CPC/1973:

6. Desse modo, verifica-se que a análise do feito demanda o necessário reexame do contexto fático-probatório, o que é inviável no Superior Tribunal de Justiça, ante o óbice da Súmula 7/STJ. Nesse sentido:

7. No mais, a Primeira Seção deste Tribunal, no julgamento do Recurso Especial 1.235.513-AL, realizado sob o rito do art. 543-C do CPC/1973, pacificou o entendimento de que a execução do título executivo deve ser adstrita ao comando da decisão transitada em julgado, não sendo cabível, em Embargos à Execução, a discussão acerca de possíveis compensações que poderiam ter sido alegadas no processo de conhecimento, sob pena de violação do princípio da coisa julgada. Eis a ementa do julgado:

Superior Tribunal de Justiça

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC E RESOLUÇÃO STJ N.º 08/2008. SERVIDORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS-UFAL. DOCENTES DE ENSINO SUPERIOR. ÍNDICE DE 28,86%. COMPENSAÇÃO COM REAJUSTE ESPECÍFICO DA CATEGORIA. LEIS 8.622/93 E 8.627/93. ALEGAÇÃO POR MEIO DE EMBARGOS À EXECUÇÃO. TÍTULO EXECUTIVO QUE NÃO PREVÊ QUALQUER LIMITAÇÃO AO ÍNDICE. VIOLAÇÃO DA COISA JULGADA. ARTS. 474 E 741, VI, DO CPC.

(...)

3. *Tratando-se de processo de conhecimento, é devida a compensação do índice de 28,86% com os reajustes concedidos por essas leis. Entretanto, transitado em julgado o título judicial sem qualquer limitação ao pagamento integral do índice de 28,86%, não cabe à União e às autarquias federais alegar, por meio de embargos, a compensação com tais reajustes, sob pena de ofender-se a coisa julgada. Precedentes das duas Turmas do Supremo Tribunal Federal.*

(...)

5. *Nos embargos à execução, a compensação só pode ser alegada se não pôde ser objetada no processo de conhecimento. Se a compensação baseia-se em fato que já era passível de ser invocado no processo cognitivo, estará a matéria protegida pela coisa julgada. É o que preceitua o art. 741, VI, do CPC: "Na execução contra a Fazenda Pública, os embargos só poderão versar sobre (...) qualquer causa impeditiva, modificativa ou extintiva da obrigação, como pagamento, novação, compensação, transação ou prescrição, desde que superveniente à sentença".*

7. *Não arguida, oportunamente, a matéria de defesa, incide o disposto no art. 474 do CPC, reputando-se "deduzidas e repelidas todas as alegações e defesas que a parte poderia opor tanto ao acolhimento como à rejeição do pedido".*

9. *Recurso especial provido. Acórdão submetido ao art. 543-C do CPC e à Resolução STJ n.º 08/2008 (REsp. 1.235.513/AL, Rel. Min. CASTRO MEIRA, Dje de 20.8.2012).*

8. *Ante o exposto, nega-se provimento ao Agravo em Recurso Especial do INSS.*

9. *Publique-se.*

10. *Intimações necessárias.*

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 31 de março de 2020.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR